

## ABERTURA

JBG

Jornal do Baixo Guadiana

Diretor:  
Carlos Luis FigueiraSub-Diretor:  
Vitor MadeiraChefe de Redação:  
Susana Helena de Sousa CPJ 9621Redação:  
Antónia-Maria,  
Carlos Brito,  
Joana Germano,  
José Cruz,  
Victoria CassinelloColaboradores da Edição:  
Carlos Brás  
Carlos Campanico  
Eusébio Costa  
Fernando Pessanha  
Humberto Fernandes  
João Conceição  
João Raimundo  
José Carlos Barros  
José Cruz  
José Graça  
José Luís Rua  
Pedro Pires  
Rui Rosa  
Associação Alcanice  
Associação GUADI  
Associação Redactiva  
Cruz Vermelha Portuguesa VRSA  
DECO  
NEIP  
Europe Direct Algarve - CCDRAIG  
e Associação OdianaDepartamento Comercial:  
baixoguardiana@gmail.com  
e/ou  
joanagermano@gmail.comSede e Redação:  
Rua 25 de Abril, N.º 1  
Apartado 21 8950-909  
Castro Marim  
Tel: 281 531 171  
966 902 856  
Fax: 281 531 080  
baixoguardiana@gmail.comPropriedade:  
Associação Odiana  
Rua 25 de Abril, N.º 1  
Apartado 21,  
8950-909 CASTRO MARIM  
Tel: 281 531 171  
Fax: 281 531 080  
geral@odiana.ptPessoa Colectiva:  
504 408 755Direção Executiva:  
Associação OdianaDesign e Paginação:  
Rui RosaImpressão:  
FIG - Indústrias Gráficas  
Rua Adriano Lucas,  
3020-265 Coimbra,  
Tel: 239 499 922Tiragem desta edição:  
3.000 exemplaresRegisto no ICS:  
123554Depósito legal:  
150617/00JBG ONLINE  
http://issuu.com/jornalbaixoguardiana  
e  
Facebook  
NIB: 00350 234 0000 586 353 080  
Caixa Geral de Depósitos

Com as eleições para a Presidência da República e a eleição à primeira volta do Professor Marcelo de Sousa, cumpriu-se um apertado ciclo eleitoral que envolveu num espaço curto de tempo eleições autárquicas, para o Parlamento Europeu e Assembleia da República. De todos este processo cumpre sublinhar que não é bom sinal para a democracia que em eleições para o mais alto representante da Nação mais de metade dos portugueses com direito a voto se tenham absterido. A todos: partidos, instituições, cidadãos, compete discutir causas deste distanciamento, a bem do fortalecimento do regime democrático, fundado na Constituição da República.

Os tempos que vamos enfrentar não serão fáceis nem para o País nem para a Europa que integramos, razões de acréscimo para que as diversas instituições da República funcionem, tendo presente os interesses do País e dos portugueses, que a cidadania se desenvolva de forma mais activa, que a solidariedade com os muitos que procuram abrigo em resultado de guerras e fundamentalismos vários, que se rompam medos, acomodações e desinteresses egoístas, porque só assim será possível sairmos do fosso

das dificuldades que cá dentro e no seio da União Europeia se manifestam.

Por posição assumida pela AMAL a que se seguiram associações ambientalistas e também a Universidade do Algarve, de entre outras estruturas e personalidades da sociedade algarvia, foi finalmente aberto um debate em torno da prospeção de reservas petrolíferas ou de gás na costa do Algarve algumas delas executadas com grande proximidade a áreas classificadas como de reserva natural. A reação, embora talvez tardia, justifica-se pela natureza das soluções que o futuro pode oferecer quanto à exploração ou não de recursos que podem colidir com a actividade económica mais importante, até agora, do Algarve – o turismo!

Importa porém numa discussão que tem tanto de atraso como de valor de esclarecimento, embora sempre exista um tempo para a claridade das decisões desde que a vontade política dos cidadãos e das várias instituições se manifeste, face à obscuridade e alcance dos contratos assinados que, desde início, se separem dois planos para que os alvos se tornem claros e esses são os interesses da região e dos algarvios. Em primeiro lugar porque nenhum estado democrático e patriótico deve abdicar de conhecer que recurso dispõe e tal só se torna possível conhecendo-os cientificamente. Quanto ao plano seguinte, o da sua ou não utilização, tal processo compete aos órgãos de soberania, em consonância com a expressão da vontade expressa dos algarvios, decidir. É neste plano que na situação em que nos

encontramos o contrato de prospeção e exploração, no seu verdadeiro alcance, tem de ser aclarado.

Mas, para além das inquietações em que nos movemos, há boas notícias que envolvem todo o Baixo Guadiana a fazer-nos notar que continuam a estar presentes oportunidades que podem permitir criação de riqueza, postos de trabalho, perspectivando melhor futuro, combatendo atrasos e com ele a desertificação económica e social.

Pelo Presidente da Câmara de Vila Real de Santo António foi anunciado a criação em breve de três novas unidades hoteleiras sendo a primeira a avançar com a remodelação e modernização do Hotel Guadiana um ícone da cidade pela sua história e presença.

Por sua vez, pelo Presidente da Câmara de Alcoutim é nos dada a notícia de finalmente ter sido consagrada a redução da REN ( Rede Ecológica Nacional ) que passa de uma extensão de 200 km<sup>2</sup> para 60 km<sup>2</sup> o que vai permitir, como por ele é justamente sublinhado, ajustar mais adequadamente a protecção de recursos, conservação da natureza, com possibilidades de apoio a projectos de desenvolvimento sustentável, melhor ajustados às realidades locais.

Nos últimos dias o Baixo Guadiana foi contemplado com 4 milhões de euros em apoio a projectos de base local num processo conduzido pela Associação Terras do Baixo Guadiana que tem como presidência a Associação Odiana, ou seja, o Presidente da Câmara de Castro Marim.

Nesta edição damos-lhe conta de

um novo evento que resulta de uma larga parceria e cooperação entre comerciantes, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e a empresa municipal SGU, o chamado «Domingo Branco», iniciativa a repetir no último domingo de cada mês, que se traduzirá numa feira de stoks, em diversão e animação no Centro Histórico, para o qual se prevê a participação de mais de 1.500 cidadãos espanhóis, facto que seguramente dará um bom contributo para a economia local.

Por sua vez e em resultado duma parceria entre o JBG e a CCDR Algarve, a partir deste número, daremos destaque a uma campanha comemorativa dos 30 anos da adesão de Portugal à União Europeia, traduzida no apoio e divulgação de 30 iniciativas que se vierem a justificar, a realizar ao longo do ano no território de Baixo Guadiana.

Finalmente e ainda encerrando com boas notícias, como consequência de uma maior aproximação do jornal a Ayamonte onde começou a ser regularmente distribuído e tendo em vista um maior acompanhamento noticioso sobre a actividade da Eurocidade de que Ayamonte é parceiro conjuntamente com VRSA e Castro Marim, saúdo o facto de pela primeira vez publicarmos uma crónica em castelhano da autoria do nosso colaborador, responsável pela edição do El Andevalo Sur-Occidental.

Carlos Luis Figueira  
carlosluisfigueira@sapo.pt

## Vox Pop ●●●

## Votou nas Presidenciais?



Nome: Xu Pimentão

R: Votei, porque acho que é importante. Contudo fiquei muito triste com o resultado; o povo queixa-se muito, mas depois ou não vota ou vota nos mesmos. E as mudanças vão-se fazendo muito lentamente. Eu pertenço à classe dos que fazem a diferença, mas também dos que se encontram no centro do trovão. Vai correu tudo bem, confio em mim!



Nome: Edgar Carla Sousa

R: Votei e considero o voto importante. Em relação à abstenção vejo isso como um povo que está cansado dos políticos; há falta de credibilidade dos mesmos; já ninguém quer sair de casa para se dar a esse trabalho de dever cívico. Acho que ao fim ao cabo as pessoas querem uma mudança, mas a meu ver não com eleições, mas sim através de medidas mais drásticas e enquanto tal não acontecer a quantidade de abstenção irá continuar.



Nome: Zé Munhoz

R: Para ser sincero, este ano não votei. Decidi deixar na mão do povo a decisão do nosso futuro. Nestas Eleições, vi mais do mesmo. O povo queixa-se, mas faz sempre o mesmo. Nem todos ficam agradados com o resultado final, assim como nem todos ficam satisfeitos com as palavras que nos são dadas, pois muitas vezes, são prometidas certas ações que nunca são cumpridas.



Nome: Alexandra Rombinha

R: Sim, votei nas Presidências, pois é a única forma de poder legitimar e manifestar a minha vontade. Poder dar voz à minha voz. Observei com tristeza os resultados das palavras, onde a abstenção foi assustadoramente elevada. Revela que a maioria do povo português, permanece ignorante e aprisionado a uma "não vontade própria".